

# A situação social do Rio de Janeiro: uma leitura do Censo 2000

*Cezar Honorato\* e Laura Tavares Soares\*\**

## Introdução

Estamos vivendo uma conjuntura extremamente rica para discutir a questão do desenvolvimento social no país. Após anos convivendo com a premissa de que era necessário “primeiro crescer o bolo para depois dividi-lo” - que foi a ênfase do regime militar - e de que “a estabilidade econômica e o fim da inflação seriam os elementos fundamentais para a alavancagem do desenvolvimento” - a tônica dos governos dos anos 90 -, podemos observar que o crescimento econômico inicial não gerou distribuição de renda e a estabilização não levou ao desenvolvimento anunciado. O preço pago foi um processo recessivo do ponto de vista econômico, o que provocou um desemprego e uma precarização das condições de trabalho sem precedentes, agravando a desigualdade social e gerando um empobrecimento generalizado.

Não é por outra razão que o Brasil amarga uma crise social sem precedentes e que essas questões vêm se impondo como fundamentais na discussão política pré-eleitoral. A misé-

ria está nas ruas, nos lares e em cada família. Contudo, não basta apenas levantarmos a voz e nos indignarmos. Torna-se necessário exigir políticas sociais sérias, conseqüentes e rápidas. Para tal, é fundamental a utilização de informações que tenham algum grau de confiabilidade e que, além de retratar a realidade, possibilitem um planejamento eficaz das políticas públicas.

Seguindo essa perspectiva, e no marco da criação do Fórum do Rio de Janeiro na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadores do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade assumiram a tarefa de realizar um primeiro esforço no sentido sistematizar e disponibilizar os dados relativos a pessoas e domicílios no Estado do Rio de Janeiro a partir do Censo 2000 do IBGE. A escolha de uma observação tendo como ênfase o perfil do domicílio do Estado do Rio de Janeiro é devida à perspectiva de que a unidade domiciliar tem-se mostrado como eficiente forma de apreensão e intervenção na realidade.

\* Professor da UFF e da UERJ e Pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da UERJ. E-mail: cezarhonorato@terra.com.br

\*\* Professora Visitante no Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ e Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da UERJ. E-mail: laurats@uol.com.br

Fugindo da postura hoje hegemônica de que o social se resolve no âmbito do “local”, somos partidários da tese de que as políticas públicas devem ter diversos âmbitos territoriais e populacionais de intervenção. Portanto, o governo federal e os governos estaduais e municipais devem assumir responsabilidades específicas na implementação dessas políticas. Fica, então, evidente a necessidade de que as informações sejam agregadas nos diferentes níveis - nacional, regional e local.

Cabe registrar que neste primeiro trabalho os dados estão agregados apenas ao nível do estado, como unidade da Federação. Para os dados relativos à ocupação e renda, foi possível trabalhar também no âmbito da Região Metropolitana. Em um segundo momento estaremos trabalhando os dados municipais, elegendo algumas regiões como unidade de análise que sejam prioritárias no que tange às políticas públicas no estado, como a Baixada Fluminense.

## **Perfil da população residente no Rio de Janeiro**

Segundo o Censo 2000, o Estado do Rio de Janeiro conta com uma população de quase 14 milhões e 400 mil pessoas – representando 8,5% da população brasileira. Mais da metade, 52%, é do sexo feminino, proporção que se reduz a 48% na área rural do estado. A razão entre os sexos no estado é de 92,1, baixando para 90,7 na Região Metropolitana e

mais ainda no município do Rio de Janeiro, com 88,3 homens para 100 mulheres.

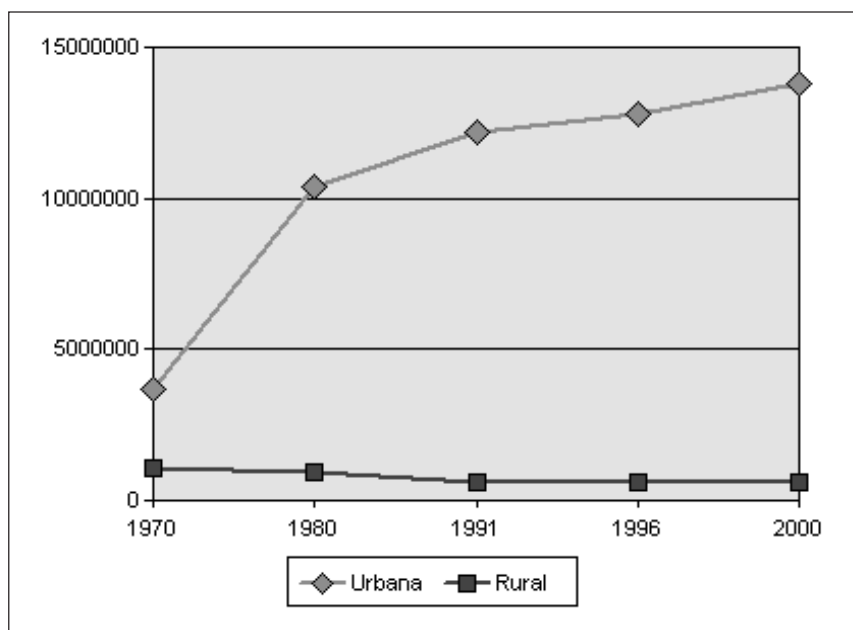
O Estado do Rio de Janeiro é a unidade da Federação com a maior concentração urbana do país. Enquanto São Paulo apresenta um percentual de 94% da sua população concentrada na área urbana - incluindo-se aí cidades de pequeno e médio portes -, o Rio de Janeiro apresenta 96% de sua população residindo em áreas urbanas.

Entre 1980 e 2000 a população urbana do estado cresceu 33,3%, ao passo que a população rural diminuiu 38,3%. Isto pode ser compreendido se considerarmos a profunda crise da economia agrária fluminense que se arrasta há algumas décadas. Perdendo competitividade e capital, o “mundo rural” não tem conseguido reagir nem para uma modernização do tipo capitalista com a geração de um assalariamento efetivo, nem para a fragmentação e expansão da produção familiar. Sem nos alongarmos demais neste tema, o que fugiria aos objetivos deste artigo, convém lembrar que, pelos dados da Fundação CIDE/RJ, a produção agropecuária do Estado do Rio de Janeiro declinou de 8.288.393,40 toneladas em 1995 para 7.826.790,60 toneladas em 2000, no que pese o início de políticas de incentivo ao setor como o FRUTIFICAR, por exemplo, iniciado em 1999, voltado para a fruticultura (Gráfico 1).

Contudo, quando observamos a concentração de moradores por domicílio tendo-se como referência os chamados “mundo rural”



Gráfico 1  
Evolução da população do Rio de Janeiro por situação de domicílio - Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

e “mundo urbano”, temos a seguinte proporção: 3,59 para os domicílios rurais e 3,32 para os urbanos, o que, por um lado, sepulta a tese da família extensa rural e, por outro, nos chama a atenção acerca das migrações dos jovens em busca de melhores oportunidades de estudo e emprego na região metropolitana. Isto porque, de 15 a 17 anos, normalmente existe a busca de novas oportunidades de estudo e, de 20 a 60, agrega-se a busca com novas oportunidades de estudo com novas perspectivas de trabalho. Considerando-se que se trata de um gráfico de migrações datado de 1991 - onde se tem como princípio o fato de a pessoa não ser originária do município -, podemos observar ainda que as pessoas se trans-

ferem para outro município e lá se estabelecem (Gráfico 2).

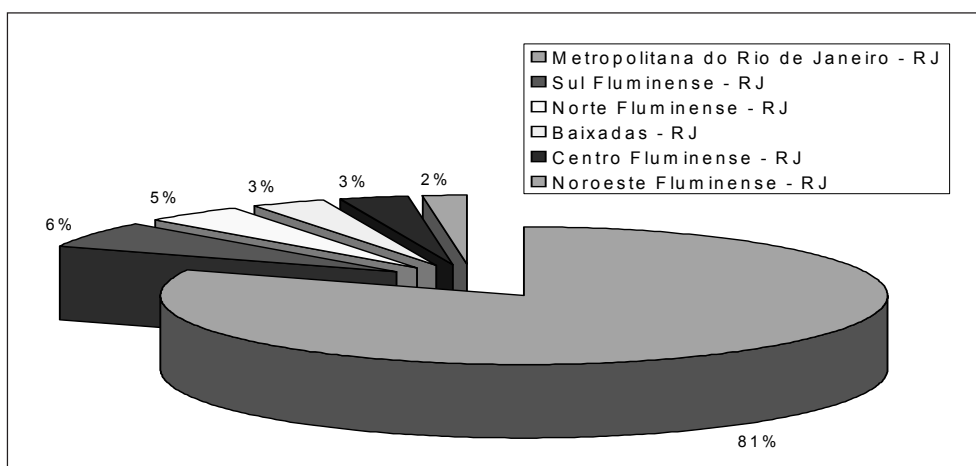
Quando consideramos a concentração populacional por meso-região geográfica, observaremos que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra, de acordo com o Gráfico 3, quase 81% de toda a população do estado, reforçando a tese do esvaziamento do campo fluminense, inclusive das pequenas cidades do interior do estado (Gráfico 3).

O crescimento da população na Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi de 11,2% entre 1991 e 2000 e sua taxa de urbanização (99,3%) é evidentemente maior que a do estado. No entanto, sua Taxa Geométrica de Crescimento Anual (1,14) foi inferior à do estado

Gráfico 2  
**População não originária do município por tempo de fixação**  
**Rio de Janeiro - 1991**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 3  
**Distribuição da População por Meso-Região no Rio de Janeiro**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

30000  
 25000  
 20000  
 15000  
 10000  
 5000



(1,28) e maior que a do município do Rio de Janeiro (0,73) nesse mesmo período.

A análise da evolução dos domicílios por situação num período mais longo reforça o quadro descrito. Com um crescimento expressivo dos domicílios urbanos entre 1970

e 1980, embora se atenuasse a sua expansão entre 1980 e 2000 e se pesem as críticas às questões metodológicas relativas aos dados do censo de 1970 - anteriores à fusão dos antigos Estado do Rio de Janeiro e Guanabara -, não se pode desconsiderar a

Tabela 1  
**Domicílios particulares permanentes no Rio de Janeiro**

Situação	2000	1996	1991	1980	1970
Urbana	4.097.733	3.676.962	3.007.084	2.513.304	731.230
Rural	156.030	157.005	134.286	191.508	198.051

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

concentração urbana ocorrida nas últimas três décadas.

Logo, em qualquer consideração acerca do Estado do Rio de Janeiro há que se levar em conta que se trata de uma realidade urbana e concentradora na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Afora isso, podemos perceber um relativo equilíbrio populacional entre as demais regiões do estado. No quadro da distribuição da população por município confirma-se uma distribuição bastante heterogênea em termos de dimensões populacionais entre os municípios da Região Metropolitana e os do interior, implicando um tratamento necessariamente diferenciado desses municípios pelos planejadores e implementadores de políticas públicas.

O município com a maior taxa de crescimento anual da população foi o de Maricá, com 5,7, bem acima dos demais municípios e

bem maior que a média do estado. Nilópolis foi o único município que apresentou uma taxa de crescimento negativa de -0,32.

Além do município do Rio de Janeiro, que representa 40,7% da população do estado, com quase seis milhões de habitantes, os maiores municípios em termos populacionais são Nova Iguaçu, com quase um milhão de habitantes, São Gonçalo e Duque de Caxias. O menor município do estado é Macuco, com apenas cinco mil habitantes. De um total de 92 municípios no estado em 2000, 58 têm menos de 50 mil habitantes; 49 estão entre 10 e 50 mil habitantes; 11 municípios, entre 50 e 100 mil; 13, entre mais de 100 e 300 mil; quatro se encontravam na faixa entre 400 e 450 mil habitantes; e três, entre 800 e um milhão de habitantes.

Do ponto de vista da distribuição da população residente por grupos de idade, o grupo

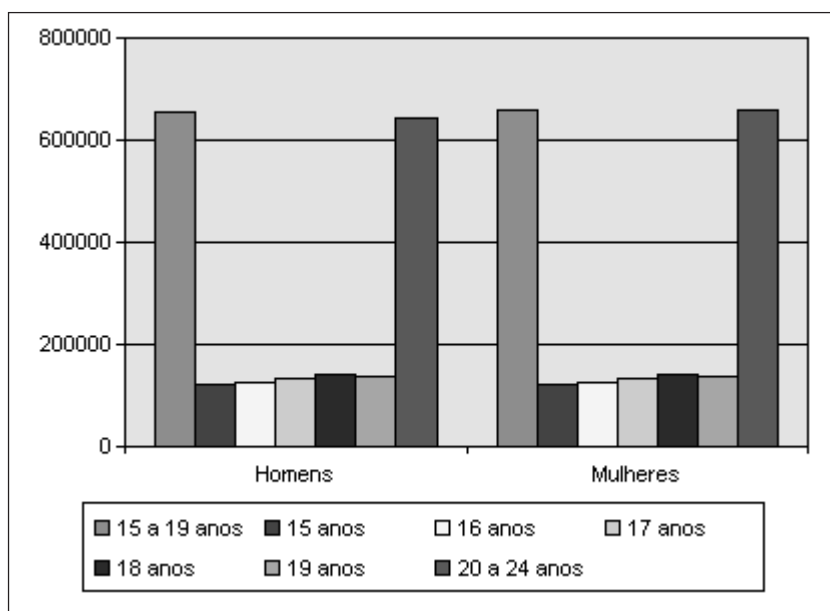
com maior participação relativa (17,5%) ainda é jovem, situando-se na faixa entre 10 e 19 anos. Por outro lado, o grupo de 60 anos ou mais já supera o grupo infantil de menores de quatro anos, representando 10,7% da população do estado, com pouco mais de um milhão e meio de pessoas, das quais quase 60% são mulheres. Entre as capitais, a cidade do Rio de Janeiro é a que apresenta maior proporção de idosos do Brasil, com 12,8% (Gráficos 4 e 5).

Ao analisarmos os dados sobre alfabetização, apesar de a taxa de analfabetos do Rio de

Janeiro (6,3%) ser inferior à do Brasil (12,8%), constatamos que ainda temos 751 mil pessoas com dez anos e mais analfabetas no nosso estado! Mais da metade (56%) são mulheres. Se tomarmos o grupo com 15 anos e mais, essa taxa cai apenas para 6%, com 715 mil pessoas. Ao desagregarmos o analfabetismo por situação de domicílio, a proporção de pessoas não alfabetizadas na área rural do Rio de Janeiro sobe para 18,7%; ao passo que, na área urbana, a taxa cai para 5,8%, o que, em termos absolutos, representa mais de 660 mil pessoas analfabetas (Gráfico 6).

Gráfico 4

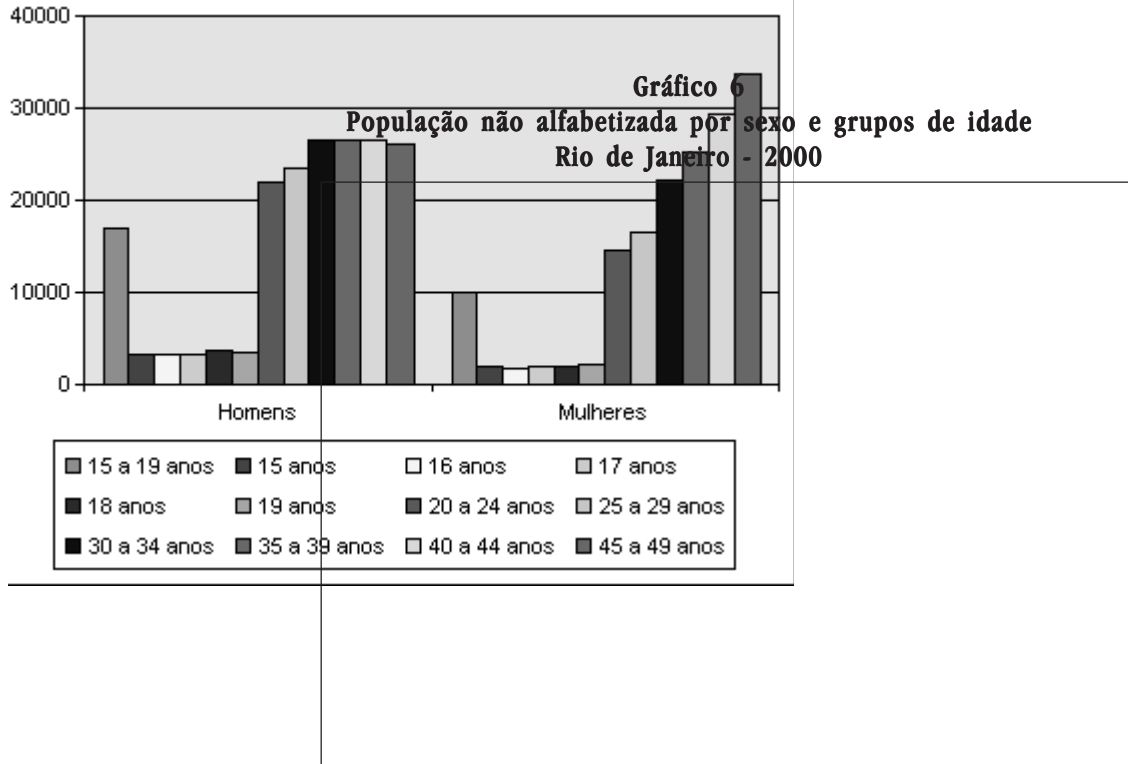
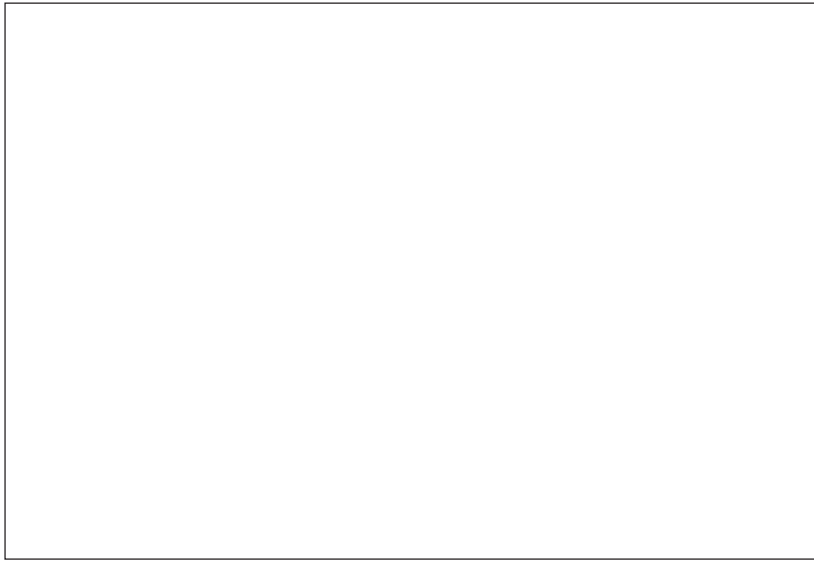
**Distribuição da população jovem por sexo e grupos de idade  
Rio de Janeiro - 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



Gráfico 5  
**Distribuição da população idosa por sexo e grupos de idade**  
Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

## Relações entre as pessoas nos domicílios

Analisando as relações entre as pessoas no interior dos domicílios, na população residente no Rio de Janeiro com dez anos ou mais, quase 36% delas são *pessoas responsáveis pelo domicílio*; 31% são *filhos(as) ou enteados(as)*; e 23% são *cônjuges ou companheiros(as)*.

Entre as pessoas responsáveis pelo domicílio no Rio de Janeiro, um terço (31,2%) é constituído por mulheres. Isto significa que temos mais de um milhão e trezentas mil mulheres chefes de família no nosso estado. Essa chefia feminina é um fenômeno urbano, já que na área rural essa proporção cai para 16%.

No que se refere à relação com a pessoa responsável pelo domicílio, as diferenças entre homens e mulheres são marcantes. Na categoria *cônjuge ou companheiro(a)*, a maioria (90%) é do sexo feminino; idem no grupo *pai, mãe, sogro(a)*, com 82%. Também se destaca o predomínio das mulheres no interior do grupo *empregado(a) doméstico(a)*, com 90%. Apenas nas categorias *pensionista e individual em domicílio coletivo* há um predomínio dos homens, sendo que, para as demais categorias (*filhos, netos, irmãos, outros parentes, agregados* etc.), há um relativo equilíbrio entre ambos os sexos.

Ao desagregarmos esses dados por situação urbano-rural, vemos que as mulheres rurais representam uma proporção ainda mais elevada na categoria *cônjuge/companheira*

do que as mulheres urbanas, com 96%. A proporção de *pensionistas* é bastante inferior para as mulheres da área rural – do total de pensionistas rurais, apenas 17% são mulheres (contra 42% na área urbana) -, mostrando uma desigualdade ainda mais acentuada na recepção de benefícios previdenciários. Por outro lado, a proporção de empregadas domésticas no domicílio rural cai para 55% (Gráficos 7, 8 e 9).

## Características das pessoas responsáveis pelo domicílio

A maioria das pessoas responsáveis pelo domicílio concentra-se no grupo etário adulto, entre 30 e 54 anos, com 57% do total.

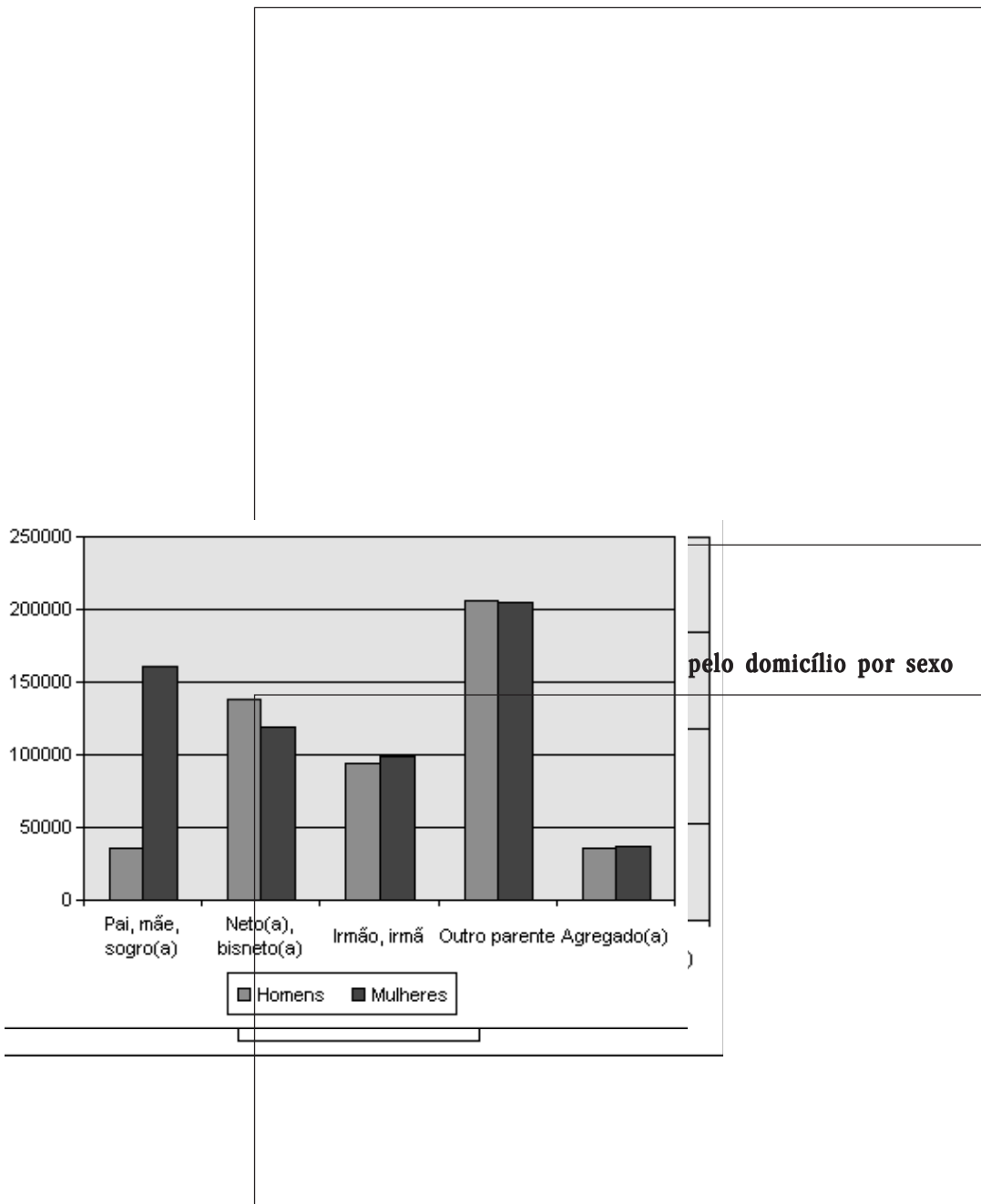
Apesar de não ser relevante em termos proporcionais, vale registrar que quase 25 mil pessoas consideradas como responsáveis pelo domicílio no Rio de Janeiro estão na faixa etária entre 10 e 19 anos de idade!

Quando analisamos a distribuição etária por sexo, o que mais chama a atenção é o peso do grupo de 70 anos ou mais nas mulheres responsáveis pelos domicílios, com 15,3%. Ou seja, quase 204 mil mulheres acima de 70 anos de idade são hoje responsáveis pelos domicílios no Rio de Janeiro. Entre os homens essa faixa etária é responsável por apenas 7,2%. Ao reduzirmos essa faixa etária para 60 anos, vemos que, do total de pessoas responsáveis pelo domicílio com 60 ou mais, a participação das mulheres sobe para 44% (o equiva-



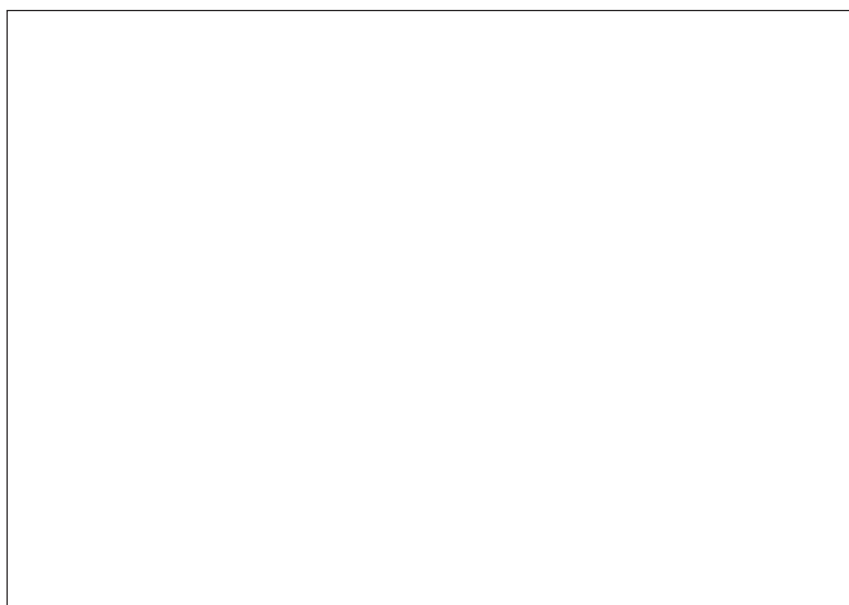


Gráfico 7  
**Relação com a pessoa responsável pelo domicílio**  
**Rio de Janeiro - 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 9  
**Relação com a pessoa responsável pelo domicílio por sexo**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

lente a cerca de 423 mil mulheres), sendo, inclusive, superior à proporção brasileira, que é de 37,6% (Gráfico 10).

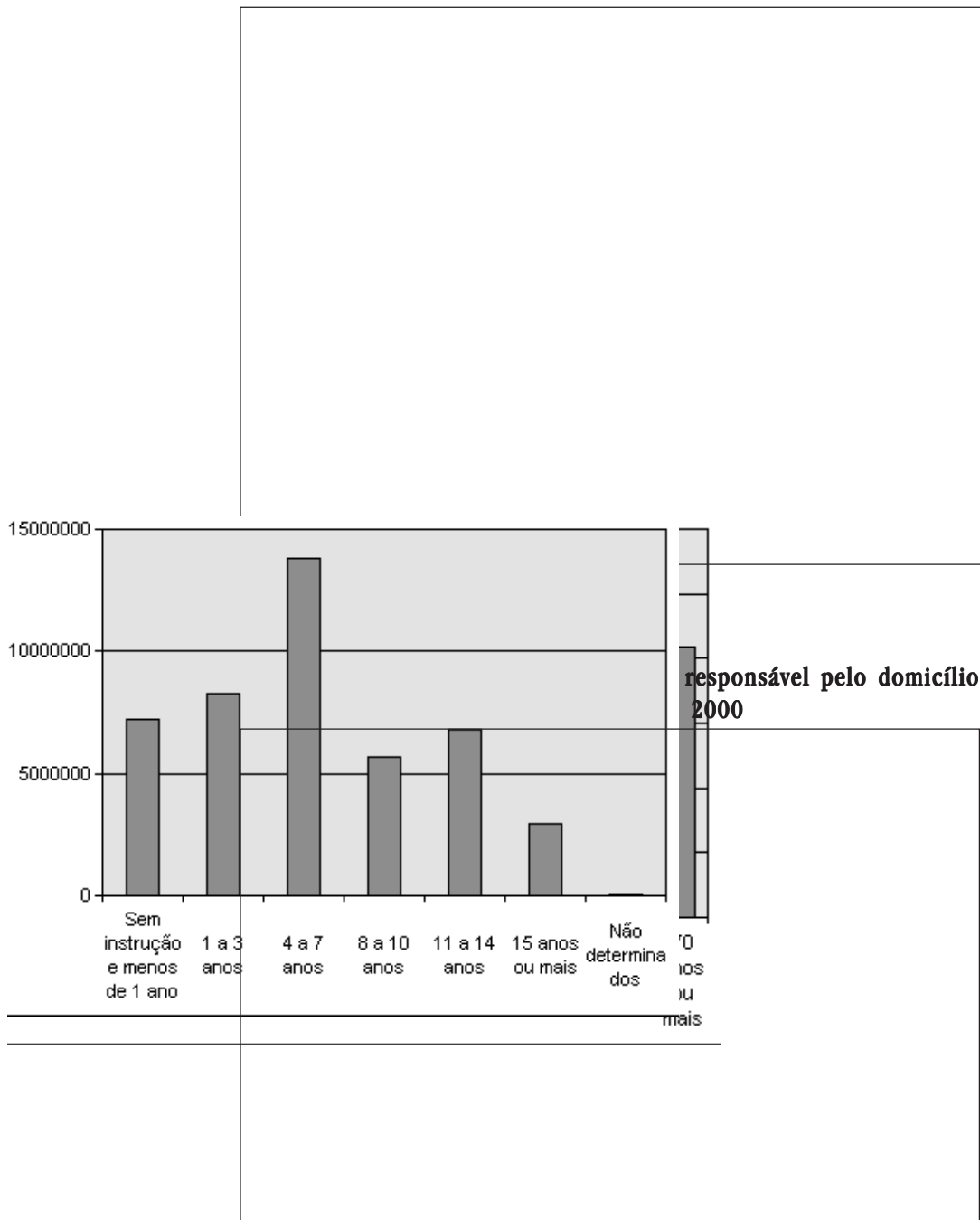
Quanto à escolaridade, a maioria dos chefes de família do nosso estado cursou apenas entre quatro e sete anos de estudo, o que significa que sequer chegaram ao 2º grau. Somados aos sem instrução ou com menos de um ano de estudo, temos que 40% dos chefes de família do Rio de Janeiro estão numa situação de baixa ou nenhuma escolaridade! Apenas 10% deles têm 15 anos ou mais de estudo (Gráfico 11).

A desigualdade entre homens e mulheres no quesito anos de estudo ocorre nos grupos

de pior escolaridade, com predomínio das mulheres nesses grupos. Do total das mulheres responsáveis pelo domicílio, 11,2% não possuem instrução ou têm menos de um ano de escolaridade; essa proporção cai para 6,7% entre os homens. Essa desigualdade, no entanto, não ocorre nos demais níveis de escolaridade, inclusive no nível mais alto de anos de estudo (15 anos ou mais), no qual tanto homens quanto mulheres possuem proporções semelhantes em torno a 10%. Ao tomarmos o grupo das mulheres de 60 anos ou mais responsáveis pelo domicílio, vemos que sua média de anos de estudo (4,7) é também inferior à média dos homens (5,9 anos de estudo).



Gráfico 10  
**Grupos de idade das pessoas responsáveis pelo domicílio**  
Rio de Janeiro - 2000

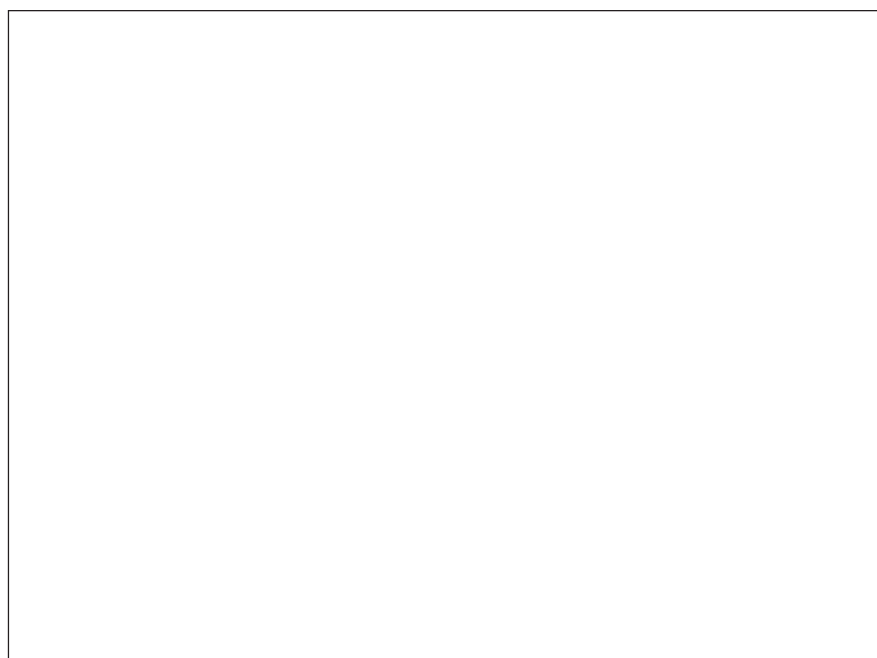


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

As mulheres chefes de família se encontram em pior situação do que os homens, tanto em escolaridade quanto em renda. Vale lembrar que atualmente de cada 100 chefes de família no Rio de Janeiro, 32 são mulheres. Do total de mulheres responsáveis pelo domicílio, 11% não possuem qualquer rendimento; 24% ganham menos de um salário mínimo; e 42% têm rendimento de até dois salários mínimos para sustentar a família e/ou o grupo domiciliar!

Nas faixas de renda acima de dois salários mínimos, a situação se inverte, e os homens passam a predominar. A faixa de renda predominante entre os homens responsáveis pelos domicílios no Rio de Janeiro é de dois a cinco salários mínimos. Nos extremos da distribuição, enquanto 8,4% não possuem rendimento, apenas 5,6% se encontram na faixa de mais de 20 salários mínimos. Esta distância aumenta no caso das mulheres, com 10,6% e 3,6%, respectivamente (Gráfico 12)

Gráfico 12  
**Classes de rendimento nominal mensal das  
pessoas responsáveis pelo domicílio por sexo**  
Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

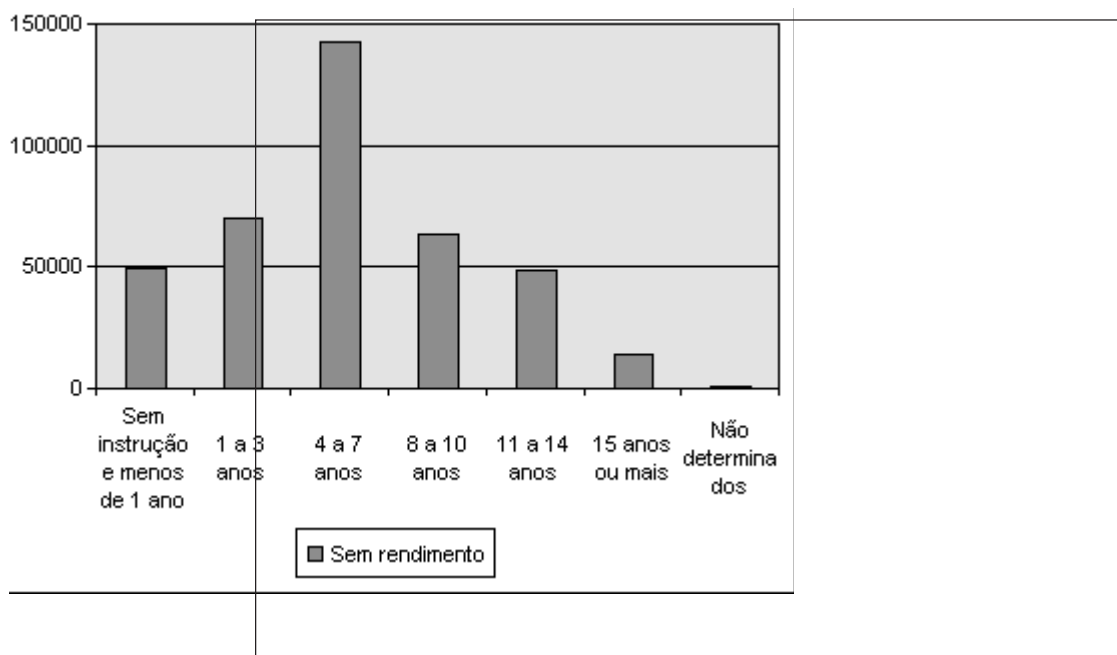


Vale a pena registrar que no grupo das pessoas responsáveis pelo domicílio sem rendimentos, tanto no caso dos homens como no das mulheres, a maioria em termos absolutos possui de 4 a 7 anos de estudo; sendo que o grupo de 8 a 10 anos de estudo supera o de sem instrução e menos de um ano. Este exemplo demonstra que nem sempre - sobretudo hoje em tempos de informalidade e precariedade no trabalho e desemprego crescente - existe uma relação entre escolaridade e rendimentos (Gráfico 13).

Se tomarmos o rendimento médio mensal em reais das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios no Rio de Janeiro, tanto o rendimento médio quanto o mediano são superiores aos apresentados no país, conforme tabelas a seguir.

Na comparação entre o rendimento médio mensal dos responsáveis pelos domicílios no Estado do Rio de Janeiro em 2000 da área urbana que atinge R\$ 991,59, verificamos que este é muito superior ao da área rural, que é de R\$ 394,82. Este é

Gráfico 13  
**Grupos de ano de estudo da pessoa responsável pelo domicílio sem rendimento  
 Rio de Janeiro - 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

mais um fator que explica a migração rural-urbana apontada. Tanto a renda urbana quanto a rural do Estado do Rio de Janeiro

estão muito acima das médias brasileiras - R\$ 854,08 e R\$ 327,85, respectivamente (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento**

Brasil e Unidade da Federação	Situação		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	768,83	854,08	327,85
Rio de Janeiro	969,55	991,59	394,82

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Caso consideremos o rendimento nominal mediano das pessoas com rendimentos, temos uma harmonia de diferença entre a ren-

da rural e urbana da população do Estado do Rio de Janeiro na comparação à realidade brasileira (Tabela 3).

**Tabela 3**  
**Rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (Reais)**  
**Brasil e Rio de Janeiro, 2000**

Brasil e Unidade da Federação	Situação		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	350,00	400,00	151,00
Rio de Janeiro	470,00	500,00	200,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Curioso também é observarmos a diminuição do grau de dispersão, a partir do índice de Gini, comparando-se a situação brasileira com a do Sudeste e a do Rio de Janeiro no tocante à renda. Na década de 1990, embora o grau de dispersão da renda nacional tivesse

diminuído, esta diminuição foi residual. Contudo, a melhoria da renda do Sudeste e, especificamente do Rio de Janeiro, permite-nos aventar a hipótese da melhoria relativa da renda da população fluminense em relação à do Brasil.





Tabela 4  
**Índice de Gini – Renda das pessoas responsáveis pelos domicílios**

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Ano	
	1991	2000
Brasil	0,6366	0,6090
Sudeste	0,6127	0,5860
Rio de Janeiro	0,6238	0,5860

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

### Perfil das pessoas ocupadas no Rio de Janeiro

Trabalhando com as tabulações avançadas disponíveis do Censo, encontramos que em 2000 encontravam-se ocupadas pouco mais de cinco milhões e meio de pessoas no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, menos da metade (47,4%) apresentava Carteira de Trabalho assinada; enquanto que 19,5% trabalhavam “por conta própria”; 6,2% eram militares e funcionários públicos estatutários; 3,4% eram empregadores; 0,7% era não remunerada em ajuda a membro do domicílio; e apenas 0,2% trabalhava na produção para consumo próprio.

Nesse mesmo grupo, a distribuição da ocupação por seção de atividade do trabalho principal era a seguinte: em primeiro lugar, comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, com 18%; indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de água, eletricidade e gás com 11,9% (a indústria de transformação era responsável por 10,9%); construção com 7,4%;

alojamento e alimentação com 5,1%; e agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca com 2,9%. Fica evidente a predominância de atividades do setor terciário, com cerca de 85% do total.

Com relação à situação dessas pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, a classe predominante é a que vai de um a dois salários mínimos, com um quarto das pessoas ocupadas. Somadas ao grupo até um salário mínimo (com 14,6% das pessoas), constatamos que 40% das pessoas ocupadas no Rio de Janeiro ganham até dois salários mínimos. No outro extremo, está a absoluta minoria com mais de vinte salários mínimos, grupo que representa apenas 3,7% das pessoas ocupadas (Tabela 5).

Ao contrastarmos essa distribuição de rendimentos das pessoas ocupadas com a de todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, constatamos que 25% recebiam até dois salários mínimos, sendo 11,4% até um salário mínimo. Apenas 2,7% do total das pessoas recebiam mais de vinte salários mínimos. O que chama a atenção



Tabela 5  
**Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos Rio de Janeiro - 2000**

Classes de Rendimento em SM <sup>(1)</sup>	Total de Pessoas	%
Até 1	807.292	14,6
Mais de 1 a 2	1.403.205	25,4
Mais de 2 a 3	786.826	14,2
Mais de 3 a 5	899.220	16,3
Mais de 5 a 10	847.932	15,3
Mais de 10 a 20	344.141	6,2
Mais de 20	206.519	3,7
Sem Rendimento	131.014	2,4
Total	5.527.270	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulação Avançada.

<sup>(1)</sup> Salário mínimo utilizado pelo IBGE: R\$ 151,00.

nessa distribuição é a enorme proporção das pessoas (37,7%) que pertencem ao grupo “sem rendimento”, o qual, segundo o IBGE, inclui as pessoas que receberam somente em benefícios. Dessa forma, ao incluirmos os dados do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre as pessoas que recebiam benefícios de forma continuada em 2000, constatamos que 9,2% das pessoas declaradas como “sem rendimento” recebiam aposentadorias ou amparos assistenciais<sup>1</sup> (Tabela 6).

### **Trabalho e rendimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

Finalmente, ao detalharmos um pouco mais o quadro de trabalho e rendimento, analisamos os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, disponíveis apenas para as

Regiões Metropolitanas.

A proporção da PEA (População Economicamente Ativa) que recebia de um a menos de dois salários mínimos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro cresceu de 14,6% para 17,5% entre 1998 e 2000. A que recebia menos de um salário mínimo também apresenta um aumento no mesmo período, de 1,1% para 1,8%. A proporção do grupo denominado “conta-própria” com menos de um salário mínimo ou sem rendimentos sobe de 3,1% para 3,8%. Já o grupo dos desocupados ou ocupados com menos de um salário mínimo ou sem rendimentos sobe de 11,3% para 12,5%. Ou seja, todas essas categorias, que representam condições precárias de rendimento e/ou de trabalho, apresentam uma clara tendência ao crescimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Tabela 7).





Tabela 6  
**Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal**  
**Rio de Janeiro - 2000**

Classes de Rendimento em SM <sup>(1)</sup>	Total de Pessoas	%
Até 1	1.366.241	11,4
Mais de 1 a 2	1.635.549	13,6
Mais de 2 a 3	943.110	7,9
Mais de 3 a 5	1.138.763	9,5
Mais de 5 a 10	1.166.708	9,7
Mais de 10 a 20	505.835	4,2
Mais de 20	324.191	2,7
Sem Rendimento <sup>(2)</sup>	4.522.573	37,7
<b>Total</b>	<b>11.984.699</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulação Avançada.

<sup>(1)</sup> Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

<sup>(2)</sup> Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Tabela 7  
**Participação percentual da população economicamente ativa, segundo posição**  
**na ocupação e/ou faixa de rendimento**  
**Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1998-2000**

Posição na ocupação e/ou faixa de rendimento	Participação percentual da população economicamente ativa		
	1998	1999	2000
Recebendo de 1 a menos de 2 salários mínimos	14,64	15,53	17,54
Recebendo menos de 1 salário mínimo	1,12	1,40	1,80
Conta-própria com menos de 1 salário mínimo	2,49	2,70	3,24
Conta-própria sem rendimentos	0,64	0,58	0,57
Desocupados, ocupados sem rendimentos e ocupados com menos de 1 salário mínimo	11,29	11,62	12,47

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2000.

Nota: dados anuais como produto das médias mensais.



Do ponto de vista da distribuição das pessoas ocupadas por ramos de atividade, vemos que, tal como ocorreu no resto do país na década de 1990, a ocupação na indústria reduz significativamente sua participação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O ramo do comércio, importante fonte de ocupação no Rio de Janeiro, também tem sua participação diminuída entre 1990 e 2000. Já o setor de serviços mantém sua posição majoritária (com mais de 50%) ao longo da década.

Tabela 8  
**Distribuição percentual das pessoas ocupadas, por ramos de atividade  
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1990-2000**

Anos	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Outras atividades
1990	17,31	7,98	13,75	52,15	8,87
1991	16,75	8,62	14,14	52,18	8,26
1992	14,95	8,09	14,03	54,62	9,11
1993	14,30	7,67	14,54	54,09	9,38
1994	13,40	6,67	14,84	55,68	9,38
1995	13+31	6,43	14,99	56,25	9,01
1996	12,88	6,77	14,48	56,62	9,20
1997	12,31	6,42	14,55	57,29	9,41
1998	11,48	6,48	14,59	58,02	9,42
1999	11,04	6,36	14,56	58,24	9,78
2000	10,90	9,93	11,47	57,51	10,16

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2000.

Finalmente, ao analisarmos a evolução do desemprego nos anos 90 - a mais grave seqüela social de um modelo de ajuste recessivo em nosso país -, vemos que aumenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em todos os ramos de atividade.

A taxa anual de desemprego aberto para toda a região aumenta de 4,10% para 5,24% entre 1993 e 2000. Neste último ano, o ramo

de atividade que apresenta a maior taxa de desemprego é o da indústria de transformação (com 6%), seguido do comércio e da construção civil. O setor de serviços, majoritário na ocupação das pessoas no Rio de Janeiro (como já vimos), também é afetado pelo aumento do desemprego (passando de 3,18% para 4,35% no período) (Tabela 9).



Tabela 9  
**Taxa anual de desemprego aberto por ramo de atividade**  
**Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1993-2000**

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2000.

Ano	Total	Ramo de atividade				
		Indústria e Transformação	Construção Civil	Serviços	Comércio	Outras atividades
1993	4,10	5,68	4,40	4,97	2,64	1,51
1994	3,41	4,82	3,66	4,98	2,64	1,51
1995	3,41	4,66	3,66	4,67	2,96	1,28
1996	3,74	4,92	4,21	4,30	4,36	2,27
1997	3,71	5,66	4,84	5,60	4,35	2,45
1998	5,40	5,98	5,01	5,86		
1999	5,40					
2000	5,24					

### Características dos domicílios no Rio de Janeiro

politana. Mais ainda, somente 2.930.830 sen- do habitações próprias e quitadas e 240.566 em aquisição. A diferença de 1.082.367 con- templa os imóveis alugados - 720.523 - e 361.844 em imóveis cedidos. Logo, temos um déficit habitacional de 1.144.041 moradias no Estado do Rio de Janeiro (Tabelas 10 e 11). Com relação aos serviços básicos, pode- mos observar que somente 62% dos domicí- los do Estado do Rio de Janeiro contam com abastecimento de água por rede em pelo me- nos um dos cômodos da habitação.

Convém questionarmos o próprio critério de habitação particular permanente utilizado pelo IBGE. Senão, vejamos: pelos dados de 1991, já existia um déficit habitacional de 360.703, de acordo com a Fundação CIDE/ RJ, sendo 274.604 somente na região metro-

politana. Mais ainda, somente 2.930.830 sen- do habitações próprias e quitadas e 240.566 em aquisição. A diferença de 1.082.367 con- templa os imóveis alugados - 720.523 - e 361.844 em imóveis cedidos. Logo, temos um déficit habitacional de 1.144.041 moradias no Estado do Rio de Janeiro (Tabelas 10 e 11). Com relação aos serviços básicos, pode- mos observar que somente 62% dos domicí- los do Estado do Rio de Janeiro contam com abastecimento de água por rede em pelo me- nos um dos cômodos da habitação.

Com apenas 69% dos domicílios com al- gum atendimento de água através de rede e, portanto, com algum tipo de controle de qua- lidade, o Estado do Rio de Janeiro está defasa- do diante dos padrões mundiais de desenvol- vimento que consideram como item básico a questão do abastecimento de água (Gráfico 14.

Tabela 10  
**Condição de ocupação do domicílio**  
**Rio de Janeiro- 2000**

Condição de ocupação do domicílio	
Próprio	3.171.396
Próprio já quitado	2.930.830
Próprio em aquisição	240.566
Alugado	720.523
Cedido	296.074
Cedido por empregador	105.389
Cedido de outra forma	190.685
Outra forma	65.770

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

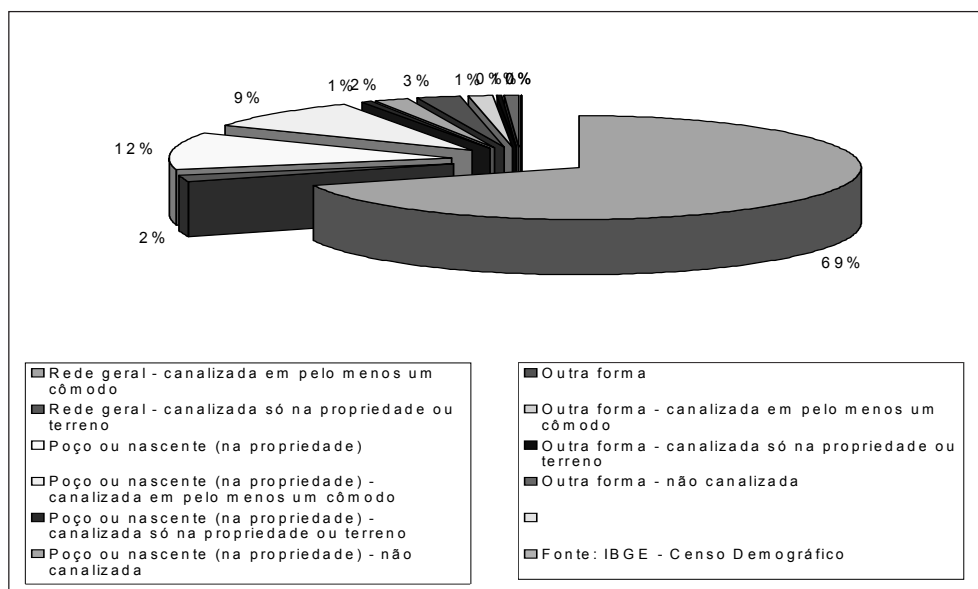
Tabela 11  
**Outra forma de condição de ocupação do domicílio por classe de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio**  
**Rio de Janeiro - 2000**

#	Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio	Nº Domicílios Outra Forma
1	Mais de 3/4 a 1 SM	11.760
2	Sem rendimento	10.442
3	Mais de 1 1/2 a 2 SM	9.584
4	Mais de 2 a 3 SM	9.007
5	Mais de 3 a 5 SM	8.225
6	Mais de 5 a 10 SM	6.240
7	Mais de 1 1/4 a 1 1/2 SM	4.337
8	Mais de 1 a 1 1/4 de SM	1.688
9	Mais de 1/2 a 3/4 de SM	1.276
10	Mais de 10 a 15 SM	1.088
11	Mais de 1/4 a 1/2 SM	716
12	Mais de 15 a 20 SM	583
13	Mais de 20 a 30 SM	312
14	Mais de 30 SM	290
15	Até 1/4 de SM	222
	Total	65.770

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



Gráfico 14  
Abastecimento de água dos domicílios do Estado do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Além disso, verifica-se uma evidente relação entre as classes de rendimento mais baixas e a não existência de canalização da água (Tabela 12).

Situação similar encontra-se quando da observação dos dados referentes ao tipo de esgotamento sanitário no Estado do Rio de Janeiro, quando apenas 62% conta com rede geral de esgotamento ou pluvial (Gráfico 15).

A relação entre o tipo de esgotamento – na categoria vala – e as classes de rendimento é mais dispersa do que a encontrada na situação da água não canalizada (Tabela 13).

Outra variável a considerar é a destinação do lixo domiciliar urbano. Pelos dados do

Censo 2000 do IBGE, temos que apenas 87% do lixo residencial são recolhidos com alguma regularidade por serviço de limpeza. Essa situação em termos absolutos, em um *ranking* descendente, encontra-se na Tabela 14.

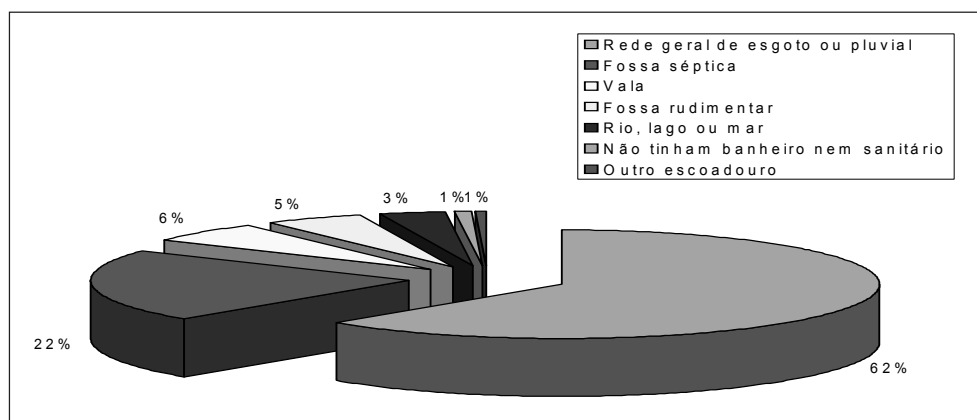
Considerando-se as variáveis fundamentais para a observação da qualidade de vida - abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo -, teríamos que a população urbana do Estado do Rio de Janeiro ainda carece de uma melhoria considerável de serviços nessas áreas, evidenciando uma insuficiência em investimentos em saneamento na última década, sobretudo para aquelas parcelas de população de mais baixa renda, como ficou demonstrado.

Tabela 12  
**Domicílios com abastecimento de água não canalizada por classe de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio**  
**Rio de Janeiro - 2000**

#	Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio	Nº De Domicílios
1	Mais de 3/4 a 1 SM	10.497
2	Sem rendimento	9.653
3	Mais de 1 1/2 a 2 SM	6.750
4	Mais de 2 a 3 SM	4.884
5	Mais de 1 1/4 a 1 1/2 SM	3.501
6	Mais de 3 a 5 SM	3.465
7	Mais de 5 a 10 SM	1.567
8	Mais de 1/2 a 3/4 de SM	1.289
9	Mais de 1 a 1 1/4 de SM	1.233
10	Mais de 1/4 a 1/2 SM	812
11	Até 1/4 de SM	253
12	Mais de 10 a 15 SM	225
13	Mais de 15 a 20 SM	91
14	Mais de 30 SM	62
15	Mais de 20 a 30 SM	42
	Total	44.324

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 15  
**Domicílios por tipo de esgotamento no Estado do Rio de Janeiro**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.





Tabela 13  
**Esgotamento sanitário por Vala por classe de rendimento mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio**  
**Rio de Janeiro - 2000**

#	Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio	No. Domicílios
1	Mais de 3/4 a 1 SM	60.108
2	Mais de 1 1/2 a 2 SM	41.606
3	Sem rendimento	38.317
4	Mais de 2 a 3 SM	36.655
5	Mais de 3 a 5 SM	31.622
6	Mais de 1 1/4 a 1 1/2 SM	18.984
7	Mais de 5 a 10 SM	16.334
8	Mais de 1 a 1 1/4 de SM	7.012
9	Mais de 1/2 a 3/4 de SM	4.902
10	Mais de 1/4 a 1/2 SM	2.725
11	Mais de 10 a 15 SM	1.822
12	Mais de 15 a 20 SM	712
13	Até 1/4 de SM	659
14	Mais de 20 a 30 SM	331
15	Mais de 30 SM	291
	Total	262.080

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

## Considerações Finais

Buscamos, ao longo deste pequeno dossiê de caráter introdutório, apresentar apenas algumas considerações acerca do perfil social do Estado do Rio de Janeiro, tendo-se como base os dados do Censo 2000 do IBGE. A preocupação maior deste trabalho foi a de retomar, com outros pesquisadores e pessoas responsáveis pelas políticas sociais públicas no Rio de Janeiro, a análise dessas políticas a partir da permanente atua-

lização dos diagnósticos sobre a situação social em nosso estado.

Evidentemente, dado o caráter inicial deste trabalho, é nossa intenção avançarmos no tratamento e análise das informações aqui utilizadas, agregando outras existentes no Censo que ainda não foram objeto de maior sistematização e outras fontes do IBGE (como a PNAD 2001, em vias de publicação) e do CIDE do Governo do Estado do Rio de Janeiro.



Tal como afirmamos na introdução, é de nosso interesse elaborar estudos específicos sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro que tenham prioridade do ponto de vista das políticas públicas sociais - por exemplo, a Baixada Fluminense.

Trata-se de retomar a perspectiva pela qual optamos de priorizar a realização de estudos regionais que dêem conta de dimensões supramunicipais, procurando superar a visão

“localista” das intervenções sociais e a sua fragmentação.

Finalmente, trata-se de elaborar indicadores que permitam avaliar o impacto das políticas públicas no âmbito social implementadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esta avaliação se insere numa linha de estudos comparados das políticas públicas estaduais no Brasil em desenvolvimento no Laboratório de Políticas Públicas<sup>2</sup>.

#### Notas

<sup>1</sup> A maioria (1.054.668 pessoas) recebia aposentadorias; ao passo que apenas 50.822 pessoas recebiam amparos assistenciais (28.282 idosos carentes e 22.540 portadores de deficiência carentes).

<sup>2</sup> A responsável por essa linha, Laura Tavares Soares, co-autora deste artigo, já realizou estudo nesse sentido para o Estado do Rio Grande do Sul que resultou no livro *Tempo de desafios: a política social democrática e popular do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, São Paulo, Vozes, 2002, pela Coleção “A Outra Margem”, coordenada pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.